

MENSAGEM Nº 56

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 57/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, **submete**, à consideração dessa Casa, o nome da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixadora do Brasil na República de Camarões e, cumulativamente, na República do Chade.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 17/02/2022, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3192724** e o código CRC **DE343428** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA

CPF: 296.478.861-87

ID: 10116 MRE

1964 Filha de José Francisco de Lima e de Helena Maria de Oliveira Lima, nasce em 1º de março, no Rio de Janeiro.

Dados Acadêmicos:

1986 Licenciatura em História, Universidade de Brasília
1988 Bacharelado em História, Universidade de Brasília
1989 Especialização em História das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de Brasília
2014 LIX CAE, A Diplomacia Brasileira e a Gestão de Oportunidades no Sudão
2017 MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Fundação Getúlio Vargas (em desenvolvimento)
2018 Gestão Estratégica, Especialização, Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAD)

Cargos:

1989 Terceira-secretária
1996 Segunda-secretária
2004 Primeira-secretária, por merecimento
2008 Conselheira, por merecimento
2014 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-94 Divisão de Imigração, assistente
1994-95 Embaixada em Moscou, terceira-secretária
1995-97 Embaixada em Manágua, terceira e segunda-secretária
1997-00 Consulado-Geral em Santiago, cônsul-adjunta
2000-02 Embaixada em Lima, segunda-secretária
2002 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, assistente
2002-03 Departamento Cultural, assessora
2003 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, coordenadora-assistente
2003-06 Chefe da Assessoria Internacional, Controladoria-Geral da União, Presidência da República
2006-07 Departamento de Direitos Humanos, assessora
2007 Divisão de Cooperação Jurídica Internacional, chefe, substituta
2007-09 Departamento de Estrangeiros, coordenadora
2008 Embaixada em Conacri, missão transitória
2009-11 Embaixada em Lima, conselheira
2011-14 Departamento da África, assessora técnica
2011 Embaixada em Cartum, missão transitória
2012 Embaixada em Cartum, missão transitória
2014-17 Embaixada no Kuaite, conselheira e ministra-conselheira
2017 Divisão de Seguimento de Cúpulas, chefe

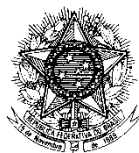
2018 Grupo de Assistência Operacional e Administrativa (GAOA)
2019 Embaixada em Cartum, embaixadora

Condecorações:

2000 Medalha "Amigo da Marinha", Lima, Peru
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro



FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

CAMEROUN



OSTENSIVO

Outubro de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	6
Reunião de consultas políticas 2021.....	6
Combate à pirataria no Golfo da Guiné.....	7
Cooperação em defesa.....	8
Cooperação técnica	9
Cooperação com entidade não governamental	10
Cooperação educacional.....	10
Cooperação cultural.....	10
Cooperação jurídica.....	11
Cooperação em direitos humanos.....	11
Cabo de fibra óptica Fortaleza-Kribi.....	12
Cooperação entre agências reguladoras de telecomunicação	12
Comércio bilateral	13
Investimentos brasileiros.....	13
Empréstimos e financiamentos oficiais	13
Assuntos Consulares	13
POLÍTICA INTERNA	15
Instituições	15
Relações governo-sociedade	15
Quadro político recente	16
POLÍTICA EXTERNA	17
Chade.....	17
Nigéria.....	17
República Centro-Africana	18
França.....	18
Estados Unidos.....	18
China	19
Rússia	19
Turquia	20

Índia.....	20
ECONOMIA	21
Situação econômica.....	21
Setores econômicos.....	22
Matriz energética.....	22
Petróleo e gás.	23
Recursos minerais.	23
Comércio exterior.....	23
MAPA.....	24
DADOS BÁSICOS	25
INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX	26

PERFIS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República



Paul Biya é o segundo presidente da República do Cameroun. Está no cargo desde 1982. Nasceu na aldeia de Mvomeka'a, na Província do Sul, em 13 de fevereiro de 1933. Após os estudos secundários em Iaundê, transferiu-se para Paris, onde conclui curso superior em Direito Público em 1961, no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Também estudou no *Institut des Hautes Études d'Outre-Mer*, que formava quadros para a administração colonial francesa.

Paul Biya tornou-se primeiro-ministro do Cameroun em 1975, no governo Ahmadou Ahidjo. Com a renúncia de Ahidjo, em 6 de novembro de 1982, tornou-se presidente. Obteve a renovação de seu mandato em 1984, 1988, 1992, 1997, 2004, 2011 e 2018.

Lejeune Mbella Mbella
Ministro das Relações Exteriores



Lejeune Mbella Mbella nasceu em 9 de julho de 1949 em Nkongsamba, departamento de Mounjo, a 370 quilômetros de Yaoundé. Com doutorado em Relações Internacionais, é diplomata de carreira. Trabalhou nos Arquivos Nacionais do Cameroun e serviu nas embaixadas de seu país no Canadá e na França, foi cônsul em Marselha, Diretor da Francofonia no Ministério das Relações Exteriores camerounês e embaixador no Japão e na França. Foi nomeado ministro das Relações Exteriores em outubro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram o governo brasileiro a desativar sua representação na capital camerounesa em 1999.

A partir de meados dos anos 2000, novo impulso foi dado ao relacionamento bilateral. Em janeiro de 2005, realizou-se visita do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Iaundê. Três meses depois, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Cameroun, oportunidade em que a Embaixada brasileira em Iaundê foi reaberta. Em agosto do mesmo ano, foi realizada em Brasília a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, presidida pelo então Ministro Celso Amorim e pelo então chanceler camerounês, Laurent Ezzo.

Em fevereiro de 2010, teve lugar, em Brasília, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun. O lado camerounês foi chefiado pelo então chanceler Henri Eyeye Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois memorandos de entendimento, para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais e sobre Cooperação Esportiva.

Em agosto do mesmo ano, o presidente Paul Biya visitou o Brasil, ocasião em que foram firmados MdEs sobre cooperação cultural e sobre cooperação no campo da agricultura e da pecuária, além de acordos sobre cooperação no campo do turismo e sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes dos funcionários das respectivas embaixadas.

Em maio de 2013, o então chanceler camerounês, Pierre Moukoko Mbonjo, realizou visita de trabalho ao Brasil. Na oportunidade, foi recebido pelo então Ministro Antonio Patriota e manteve contatos com operadores econômicos no Rio de Janeiro, entre os quais a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o BNDES.

Em agosto de 2015, o então Ministro Mauro Vieira visitou o Cameroun, ocasião em que manteve encontros de trabalho com o Primeiro-Ministro Philémon Yang e o então Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo e participou da abertura de encontro entre empresários dos dois países.

A IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, inicialmente prevista para ocorrer em novembro de 2013, em Iaundê, foi adiada a pedido do Governo brasileiro, e ainda não foi possível reagendá-la.

Uma visita do Ministro da Justiça do Cameroun, Laurent Ezzo, estava prevista para setembro de 2018, mas foi cancelada por motivos de agenda da parte camerounesa. Contudo, realizou-se em setembro de 2019, ocasião em que foram firmados acordos de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas à Privação de Liberdade.

O número de visitas oficiais e a cooperação mantida pelos países em foros internacionais demonstram que o relacionamento diplomático é de alto nível. O país africano tem consistentemente apoiado as candidaturas brasileiras em organismos internacionais (FAO, OMC, OMA, entre outras).

Reunião de consultas políticas 2021

Realizou-se, em 17 de junho de 2021, por videoconferência, a I Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Cameroun. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor

Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e contou com a presença da Embaixadora do Brasil em Iaundê, Vivian Loss Sanmartin, do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Ruy Pereira, e de representantes de várias unidades do Itamaraty. Por sua vez, a delegação camerounesa foi chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Cameroun, Embaixador Oumarou Chinmoun, e contou com a participação do Embaixador do Cameroun em Brasília, Martin Mbeng, e de autoridades de vários ministérios. As duas delegações discutiram temas regionais; trocaram impressões a respeito de temas da agenda multilateral, reforçando as convergências entre os dois países; e trataram da disposição do Brasil de estreitar seus laços com a União Africana.

Os acordos bilaterais foram passados em revista, de modo a se identificar tanto as pendências relacionadas a documentos já assinados quanto as oportunidades para a celebração de novos instrumentos bilaterais. Examinou-se o andamento das negociações sobre os acordos de cooperação jurídica em matéria civil, de cooperação em matéria de defesa e sobre troca e proteção de informação classificada. No entendimento de que as negociações para a adoção de um Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun estão finalizadas, o lado brasileiro convidou o diretor da academia diplomática camerounesa a visitar o Brasil tão logo seja possível, para assinar o documento.

Quanto à cooperação na área de defesa, mencionaram-se o apoio brasileiro à Arquitetura de Iaundê, a cooperação entre as Marinhas dos dois países e a participação de militares camerouneses em cursos de formação e aperfeiçoamento oferecidos pelas Forças Armadas do Brasil. Também houve breve diálogo sobre produtos de defesa. No campo da cooperação técnica, tratou-se dos projetos "Integração Africana para o Melhoramento Genético Durável do Algodão", "Aumento do Potencial de Produção da Cotonicultura no Cameroun" (ou "Cotton Cameroun") e "Apoio à Melhoria do Funcionamento do Sistema de Registro Civil do Cameroun". Também foram mencionadas novas demandas de cooperação camerounesas.

Houve ainda diálogo sobre a candidatura do sítio arqueológico do porto camerounês de Bimbria à lista do patrimônio mundial da UNESCO; alternativas para promover o ensino de português no Cameroun; e a participação do Cameroun nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) oferecidos pelo Brasil. Conversou-se, por fim, sobre a possibilidade de cooperação na área de telecomunicações; sobre projeto na área de produção de arroz; e sobre parcerias privadas, promoção dos investimentos e promoção comercial bilateral.

Combate à pirataria no Golfo da Guiné. Em 2012 o Golfo da Guiné superou o Golfo de Aden como a área com o maior número de casos de pirataria no mundo. Segundo dados da “International Chamber of Commerce – International Maritime Bureau”, em 2020 as águas do Golfo da Guiné concentraram cerca de 43% dos incidentes de pirataria e roubo armado no mar e 95% dos sequestros de tripulantes de navios registrados naquele ano.

Em junho de 2013, na cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), instituiu-se a chamada Arquitetura de Iaundê, arcabouço normativo e operativo para promoção da segurança marítima no Golfo da Guiné pelos países ribeirinhos. No âmbito dessa iniciativa, criou-se o Centro Inter-Regional de Coordenação (CIC), com sede na capital camerounesa, e cinco Centros de Coordenação Marítima Multinacionais.

Tendo em conta seu interesse no Atlântico Sul, que faz parte de seu entorno estratégico, o Brasil participou da Cúpula de Iaundê como observador e vem apoiando a Arquitetura de Iaundê, por meio da cessão de um oficial da Marinha para o CIC. Em 2019, a Marinha do Brasil também enviou suboficial à cidade de Douala, para dar apoio técnico à instalação e utilização do Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) brasileiro nos centros de vigilância costeira do Cameroun.

Em maio de 2019, instituiu-se no Brasil o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné, com a participação do Itamaraty, do Ministério da Defesa e da Marinha. No âmbito desse GTI, favoreceu-se a elevação do Brasil a membro pleno do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), confirmada pela presidência “pro tempore” dos EUA e do Gabão em agosto de 2020. Em dezembro de 2020, o Brasil participou, pela primeira vez, como membro pleno de reunião plenária do Grupo. A decisão de passar de observador a membro pleno demonstra o compromisso brasileiro com a promoção da paz e da segurança no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul como um todo.

O G7++FoGG reúne, além do próprio G7, Austrália, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça, a União Europeia, o Escritório da ONU contra as Drogas e o Crime (UNODC) e a INTERPOL, em coordenação com os países da costa ocidental africana.

O GTI brasileiro tem, ainda, avaliado a possibilidade de pôr em prática novas iniciativas de cooperação com o Cameroun e outros países da região. Recorde-se que a Marinha do Brasil vem participando de exercícios navais na região, como o “Obangame Express”, realizado anualmente desde 2010 e do qual participam, além dos 16 países do Golfo da Guiné, países das Américas e da Europa. O exercício é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para a África (AFRICOM) e objetiva capacitar forças de defesa locais para enfrentar desafios criados pelas atividades criminosas.

Na edição do Obangame Express de 2021, a Marinha do Brasil participou com o navio-patrolha Araguari, que realizou exercícios nos dias 22 e 23 de março em águas territoriais do Cameroun. Na sequência, o navio-patrolha fez escala em São Tomé e Príncipe, antes de atracar em Douala em 29 de março, encerrando em 2 de abril sua passagem pelo Cameroun.

Cooperação em defesa. As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun têm evoluído positivamente nos últimos anos, em especial com a aproximação entre as respectivas Marinhas, mas também pela negociação de instrumentos internacionais que criarão quadro jurídico mais sólido para a aproximação entre os dois países nesse domínio. Ambos os lados possuem adidos militares há anos em suas respectivas embaixadas em Brasília e Iaundê, o que favorece o diálogo no âmbito militar.

Destaca-se, na área de defesa, a **cooperação entre as Marinhas** dos dois países, com atividades de treinamento e capacitação, exercícios conjuntos, cooperação institucional e visitas de oficiais. O governo e a Marinha do Cameroun atribuem grande importância a essa cooperação e têm expressado satisfação com os avanços alcançados nos últimos anos. A parceria seria vista como “promissora e essencial”, tanto em relação a temas de segurança do Golfo da Guiné como no tocante à formação e ao treinamento de oficiais da Marinha camerunesa.

Essa colaboração, que inclui o envio de oficial de ligação brasileiro ao Centro Inter-Regional de Coordenação (CIC) estabelecido pela Arquitetura de Iaundê, foi decorrente da celebração, em agosto de 2018, de um Memorando de Entendimento entre as Marinhas dos dois países. No âmbito desse MdE, têm-se realizado, periodicamente, reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Cameroun entre as marinhas (GTBRACAM).

Também em 2020, na área de **formação e treinamento**, seis aspirantes da Marinha camerounesa cursaram a Escola Naval no Rio de Janeiro, e nove cadetes, a Academia Militar das Agulhas Negras. Para 2021, foram oferecidas vagas a seis militares camerouneses no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica da Área de Defesa. Ainda no tocante à formação, teve início, em 2 de novembro de 2020, curso de língua portuguesa na Embaixada brasileira, destinado a oficiais da Marinha local, mas também aberto a outras Forças e a civis. O objetivo da iniciativa foi atender a demanda dos militares camerouneses para capacitar os candidatos a intercâmbios no Brasil.

Cooperação técnica. A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Cameroun, assinado em 14 de novembro de 1972 e promulgado no ano seguinte. Atualmente, **dois projetos de cooperação já negociados** estão pendentes de assinatura pela parte camerounesa. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) aguarda as assinaturas para pôr essas iniciativas em prática.

O projeto **“Cotton Cameroun”** (“Aumento do Potencial de Produção da Cotonicultura no Cameroun”) tem por objetivo incrementar a produção de algodão na região algodoeira do norte do país (Garoua e Maroua), sem, no entanto, aumentar a zona das culturas. Entre as atividades previstas, destacam-se a inovação em matéria de utilização de adubos organominerais, o reforço da gestão dos solos, o melhoramento das sementes e a mecanização das culturas. As instituições encarregadas da execução técnica são a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação dos Produtores de Algodão do Estado de Minas Gerais (AMIPA), do lado brasileiro; e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER), do lado camerounês.

O projeto **“Apoio à Melhoria do Funcionamento do Sistema de Registro Civil do Cameroun”** tem por objetivo apoiar a reforma do sistema de registro civil camerounês, com vistas a melhorar o acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos daquele país. Entre as atividades previstas, destacam-se a criação de um sistema informatizado de registro civil e o reforço das capacidades em matéria de mobilização do conjunto dos atores que trabalham no domínio do registro civil. As instituições encarregadas da execução do projeto são a Universidade Federal do Sul do Estado da Bahia (UFSB) e a Associação dos Notários e Agentes do Registro Civil do Brasil (ANOREG), do lado brasileiro; e a Secretaria Nacional do Registro Civil (BUNEC) do Cameroun.

O governo do Cameroun também apresentou ao Brasil **novas demandas de cooperação** em diferentes áreas, que estão sendo avaliadas pela ABC.

Em 6/4/2021, o Cameroun submeteu, por intermédio da Embaixada do Brasil em Iaundê, **pedido de cooperação técnica no domínio da gestão das florestas e da proteção da fauna**.

Em 5/1/2021, foi apresentado, também por intermédio da Embaixada do Brasil em Iaundê, **pedido de cooperação na área de ensino profissional rural**.

Missão camerounesa esteve no Brasil no período de 11 a 15 de novembro de 2019, para visitar o centro de formação da Polícia Militar do Distrito Federal, instalações da Força Nacional de Segurança, ligada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, e a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) do Distrito Federal. Durante a visita à ESPC, o chefe da delegação camerounesa manifestou **interesse em cooperação técnica visando à formação de peritos em medicina legal**. No entanto, até o momento, o governo do Cameroun não formalizou a demanda.

Por sua vez, o Ministério das Pequenas e Médias Empresas, da Economia Social e do Artesanato (MIMPMEESA) do Cameroun expressou, em setembro de 2020, **interesse em firmar parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e**

Médias Empresas (SEBRAE). A ABC já abordou o SEBRAE a fim de conhecer o seu interesse nesta matéria.

A **proposta de cooperação técnica em promoção do turismo** baseia-se nas disposições do Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em 2010. O Ministério do Turismo e do Lazer do Cameroun elaborou dossiê técnico sobre o assunto, apontando os quatro domínios específicos em que o país tenciona desenvolver cooperação com o Brasil: (i) estratégias de desenvolvimento e de promoção do turismo; (ii) formação de pessoal para atividades turísticas; (iii) estatísticas, estudos e pesquisa sobre turismo; e (iv) investimentos e fundos. A ABC poderia dar seguimento a este pedido caso o Cameroun confirme seu interesse.

O Cameroun também já se beneficiou da **ajuda humanitária** brasileira. Em 2012, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz àquele país.

Cooperação com entidade não governamental. O Cameroun vem desenvolvendo projeto na área de rizicultura em parceria com entidades da sociedade civil brasileira. O objetivo da iniciativa é contribuir para o aumento da produção de arroz no país africano, que hoje depende da importação do produto para atender à demanda interna.

Cooperação educacional. No período de 2000 a 2021, foram selecionados 60 estudantes camerouneses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (**PEC-G**) brasileiro. É necessário que os estudantes selecionados falem português como língua nativa ou sejam aprovados no exame oficial que fornece certificado de proficiência em língua portuguesa (CELPE-BRAS). Para candidatos de países onde não há aplicação do exame para o CELPE-BRAS, como o Cameroun, é permitida a realização do teste no Brasil, após a conclusão de curso de português para estrangeiros (com cerca de sete meses de duração).

Estudantes camerouneses também têm participado do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (**PEC-PG**). No período de 2000 a 2020, foram selecionados cinco candidatos do Cameroun para o programa, que oferece bolsas de estudo para nacionais de países com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras.

Quanto à **cooperação entre as academias diplomáticas** dos dois países, o texto do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC) está pronto para ser assinado.

Cooperação cultural. O Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun foi celebrado em Iaundê, em 14 de novembro de 1972, e entrou em vigor em 1973. Em 2005, no âmbito da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, foi firmado Programa Executivo Cultural entre os dois países, com validade de cinco anos, propondo atividades nas áreas de música, dança, artes plásticas, arquitetura e conservação do patrimônio histórico-cultural. Em 2010, foi assinado novo PEC, válido até 2013, propondo atividades nos campos de música, dança, cinema, artes cênicas, e literatura.

A cooperação entre Brasil e Cameroun ganhou impulso na área de preservação do patrimônio histórico e cultural com a missão do antropólogo Milton Guran (especialista responsável por auxiliar na elaboração da candidatura brasileira que levou à inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial – LPM – da Unesco) ao país africano em 2019, no contexto do projeto de cooperação bilateral para apoiar a

candidatura do sítio arqueológico do Porto de Bimbia à inscrição na LPM. A ida de Guran ao Cameroun para dar apoio técnico à candidatura de Bimbia atendeu à solicitação expressa pelo governo camerounês, configurando relançamento da cooperação bilateral no campo da cultura. Superadas as restrições de viagens em razão da pandemia do Covid-19, espera-se a continuidade do projeto do Porto de Bimbia, com o oferecimento de *workshop* a ser ministrado por Guran, visando à capacitação para o trabalho de coleta de memória oral e ao registro fotográfico, requeridos para a elaboração do dossiê da candidatura do local.

Nos últimos anos, a difusão do audiovisual entre Brasil e Cameroun também ganhou destaque. O Brasil tem participado continuamente de festivais de cinema camerouneses, como o “Cinéma numérique ambulant” e o “Écrans Noirs”. Nesse último, em 2019, o documentário “Meu Amigo Fala”, do cineasta brasileiro Joel Zito Araújo, venceu o prêmio de melhor documentário internacional.

Cooperação jurídica. Está em negociação **Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Civil**. O Cameroun enviou, em 26/11/2020, contraproposta à minuta apresentada pelo Brasil. O texto foi encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em 03/9/2019, durante visita do Ministro da Justiça do Cameroun, Laurent Ezzo, ao Brasil, foram firmados **Acordos de Extradicação e de Transferência de Pessoas Condenadas**. O Cameroun informou o Brasil da conclusão dos trâmites internos para a ratificação dos documentos. Pelo lado brasileiro, o processo de ratificação e internalização dos dois instrumentos não foi concluído até o momento.

Cooperação em direitos humanos. Em outubro de 2020, a chancelaria camerounesa manifestou o interesse do Ministério dos Assuntos Sociais em promover o intercâmbio de experiências e a capacitação nos seguintes domínios relacionados à proteção das pessoas socialmente vulneráveis: (a) proteção de crianças e dos adolescentes em situação de rua; (b) formação e o reforço das capacidades dos assistentes sociais dos grupos vulneráveis; (c) políticas de proteção das crianças, das pessoas idosas e das pessoas deficientes; (d) proteção e promoção dos direitos das crianças que necessitam de medidas especiais de proteção (situação de risco, órfãos, sida, miséria, etc.); (e) processo de desenvolvimento econômico e social, tendo em conta a situação das populações indígenas ou indígenas vulneráveis; (f) integração social e profissional dos idosos e dos deficientes; (g) problemas sociais como o abuso de drogas, a gravidez precoce ou não, o tráfico de seres humanos, a violência contra as mulheres, a cibercriminalidade, etc.; (h) gestão dos sistemas de informação social; e (i) criação de um registro social unificado.

Em 8 de janeiro de 2020, o Brasil enviou ao lado camerounês a resposta do Ministério da Cidadania. Várias Secretarias do Ministério, responsáveis pelos temas propostos, teriam interesse em trocar experiências e cooperar sobre temas específicos. O governo brasileiro disponibilizou-se para programar uma videoconferência, a fim de detalhar melhor as áreas relatadas e discutir programa de trabalho tentativo. Aguarda-se resposta do lado do Cameroun.

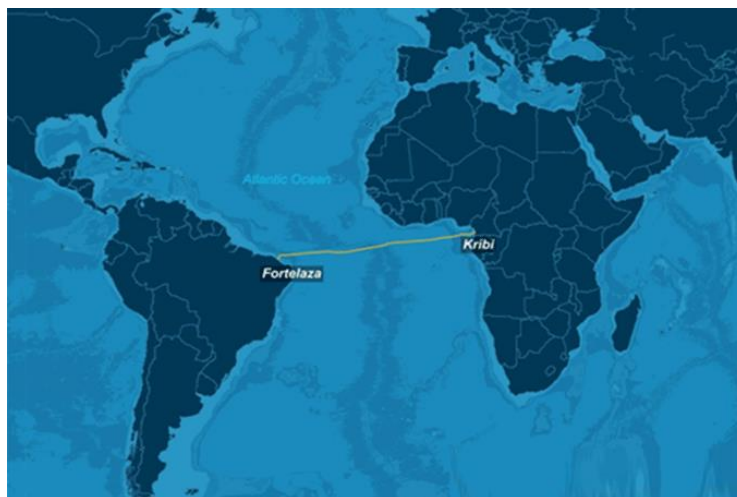
O Cameroun também tem sido ativo na promoção da liberdade religiosa e orgulha-se de ser “um dos poucos países do mundo onde coexistem numerosas confissões religiosas”, em liberdade garantida pela Constituição de 1996. O Cameroun aderiu à Aliança para a Liberdade de Religião ou Crença (IRFBA) em agosto de 2020. O objetivo seria reforçar a imagem do país quanto ao tema e partilhar “a longa e rica experiência camerounesa de coexistência pacífica entre religiões, inspirando-se

simultaneamente em boas práticas provenientes do mundo inteiro”. Em setembro de 2020, o Cameroun copatrocinou a iniciativa brasileira de divulgar uma declaração conjunta do IRFBA na 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Cabo de fibra óptica Fortaleza-Kribi. Inaugurado em 2018, o *South Atlantic Inter Link* (SAIL) é um sistema de cabo submarino composto por quatro pares de fibras ópticas com uma capacidade nominal de 32 Tbps (Terabits por segundo). Com cerca de 6 mil quilômetros, o cabo SAIL conecta Fortaleza-CE à cidade camerounesa de Kribi e é operado pelo consórcio Camtel-China Unicom. Inscreve-se nas iniciativas de expansão da conectividade entre o Brasil e regiões de crescente demanda de dados. No mesmo ano, foi inaugurado o cabo South Atlantic Cable System (SAC), que liga Fortaleza a Sangano (Angola). Posteriormente, em 2 de junho de 2021, foi inaugurado o cabo Ellalink, que liga Fortaleza a Sines (Portugal), passando por Praia (Cabo Verde) e Funchal (Portugal).

Entre as três iniciativas destacadas, os cabos SAIL e SAC permitem a conexão direta entre o Brasil e o continente africano. Note-se, no entanto, que o cabo Ellalink permitirá igualmente a ligação Brasil-África através das ligações Cabo Verde-Senegal. Como resultado, a redundância da conexão brasileira com África aumenta, tornando o sistema mais disponível e confiável. Com a consolidação da infraestrutura digital no Atlântico Sul, o Brasil procura posicionar-se como líder da transformação digital regional e assumir um papel de primeiro plano no mercado digital emergente.

No caso do cabo SAIL, a concepção do projeto beneficia-se da posição do Cameroun como *hub* portuário da África Central (Porto de Douala) e via de escoamento e suprimento para Gabão, República Centro-Africana, Chade, Congo e RDC. O projeto de instalação de cabo submarino teve origem em 2010, quando a ANATEL estabeleceu contatos com sua homóloga camerounesa, a Camtel. Em outubro de 2015, o governo do Cameroun assinou, por meio da Camtel, dois instrumentos com a empresa China Unicom, que veria o cabo como parte de esforço de maior envergadura destinado a criar novos canais de comunicação entre a Ásia e a América do Sul. Também participam do projeto as empresas Huawei e Telefônica.



Cooperação entre agências reguladoras de telecomunicação. A ANATEL está em contato com a Agência Reguladora de Telecomunicações (ART) do Cameroun para discutir data e formato para celebração de memorando de entendimento para a

cooperação bilateral na área de telecomunicações. Não há, ainda, minuta do instrumento. O plano da ANATEL é firmar o documento, se possível, durante a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), inicialmente prevista para novembro de 2021, mas posteriormente adiada para junho de 2022.

Entre as áreas previstas para cooperação ao abrigo dos MdEs que a ANATEL vem assinando, encontram-se: convergência regulatória e tecnológica, acesso universal a serviços de telecomunicações, supervisão e controle, regulação econômica, redes de telecomunicação, proteção ao consumidor e tecnologias da informação e comunicação (TICs) para o desenvolvimento.

Comércio bilateral. O comércio bilateral entre Brasil e Cameroun passou por forte crescimento, entre 2003 e 2010, seguido de importante redução, entre 2010 e 2016. Em 2017, registrou-se crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação ao ano anterior: a corrente total passou de USD 43,226 milhões para USD 94,626 milhões. Contudo, houve declínio nos anos subsequentes.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Os superávits foram de USD 92,304 milhões em 2017; USD 66,368 milhões em 2018; USD 3,494 milhões em 2019; e USD 38,792 milhões em 2020. Registre-se que a drástica redução do saldo em 2019 deveu-se a grande importação de gás camerounês pelo Brasil por empreendimento gasífero em Sergipe, em fase de testes.

Em 2020, as exportações brasileiras para o Cameroun totalizaram USD 41,932 milhões. Os principais produtos exportados foram açúcares, álcool etílico, sal e cloreto de sódio, coque de petróleo, veículos automóveis para o transporte de dez pessoas ou mais, peixes congelados e caixas e outras embalagens de papel ou cartão. As importações brasileiras originárias do Cameroun totalizaram USD 3,140 milhões. Os principais produtos importados foram borracha natural e pasta de cacau.

Investimentos brasileiros. A Andrade Gutierrez, empresa brasileira de construção, tomou parte em grandes projetos no Cameroun. Por meio de sua subsidiária portuguesa (ZAGOPE), a companhia participou da construção do aeroporto internacional de Iaundê, assim como de importantes obras rodoviárias. O consórcio brasileiro Marcopolo-Queiroz Galvão vinha desenvolvendo projeto para implantação de BRT em Duala e Iaundê, as duas principais cidades do Cameroun, estimado em mais de USD 500 milhões. O projeto, no entanto, não foi além da fase de planejamento.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Cameroun não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

Assuntos consulares. A rede consular do Brasil em Cameroun corresponde à Embaixada do Brasil em Iaundê. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Cameroun. Existem em torno de 70 brasileiros no Cameroun, em sua maioria religiosos e missionários que residem, em geral, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Os casos consulares acompanhados pela Embaixada do Brasil em Iaundê tratam, principalmente, de situações que envolvem necessidade de repatriação de brasileiros desvalidos; pedidos de localização de paradeiro de cidadãos residentes no país; e denúncias de fraudes e golpes eletrônicos. Não existem brasileiros presos no Cameroun.

POLÍTICA INTERNA

Ex-colônia alemã, o Cameroun tornou-se, após a I Guerra Mundial, território sob mandato da Liga das Nações. A maior parte do território ficou sob o controle da França, ao passo que ao Reino Unido coube uma porção menor. Em 1º de janeiro de 1960, a parte francesa conquistou a independência. Referendo realizado na área sob tutela britânica em outubro de 1961 resultou na adesão da parte sul ao novo país, ao passo que a parte norte, predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria.

O primeiro presidente, Ahmadou Ahidjo, originário do norte do novo país, estabeleceu regime de partido único a partir de 1966 e governou de maneira centralizadora. Em 1982, renunciou e foi sucedido por seu Primeiro-Ministro, Paul Biya. Ainda sob regime unipartidário, Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988. O país passou por processo de abertura política a partir de 1990, ano em que foi promulgada a Lei das Associações e Partidos Políticos. Paul Biya foi reeleito em 1992, 1997, 2004, 2011 e 2018.

O Cameroun enfrenta hoje a atuação do grupo terrorista Boko Haram no Grande Norte (que abrange as regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte) e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país.

Instituições. O Cameroun adota como forma e sistema de governo, respectivamente, a república e o semipresidencialismo. Em 1972 nova Constituição acabou com a Federação e instituiu a República Unida do Cameroun, renomeada em 1984 como República do Cameroun. O país está dividido em 10 regiões semiautônomas, cuja administração, desde 2021, passou a ser partilhada entre governadores, nomeados pelo Presidente, e conselhos regionais.

Em 2013, o Parlamento camerounês passou a ser bicameral, com a criação do Senado, instituído formalmente por emenda constitucional de 1996 e composto por 100 integrantes com mandato de cinco anos, dos quais 70 são eleitos indiretamente (pelos cerca de dez mil membros dos 360 conselhos municipais) e 30 são indicados pelo Presidente. Em março de 2018, teve lugar a primeira renovação daquela casa, com 93 cadeiras atribuídas à *Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais* (RDPC), do Presidente Paul Biya, e sete à *Social Democratic Front* (SDF), histórico partido de oposição.

A Assembleia Nacional, por seu turno, conta com 180 deputados, 152 dos quais pertencem à RDPC. Os demais assentos estão distribuídos, desde 2020, entre a *Union Nationale pour la Démocratie et le Progrès* (UNDP), com 7 deputados; a SDF, com 5; o *Parti Camerounais pour la Réconciliation Nationale* (PCRN), com 5; a *Union Démocratique du Cameroun* (UDC), com 4; a *Front pour le Salut National du Cameroun* (FSNC), com 3; o *Mouvement pour la Défense de la République* (MDR), com 2; e a *Union des Mouvements Socialistes* (UMS), com 2.

Em fevereiro de 2018, o país passou a contar com um Conselho Constitucional, previsto na Carta de 1996, composto por 11 membros.

Relações governo-sociedade. O Cameroun é formado por uma diversidade de biomas e grupos étnicos – estima-se que cerca de 250 idiomas ou dialetos são falados no país. Nesse contexto, o Estado camerounês tem buscado fortalecer o governo central para conter tendências fragmentárias.

A maioria cristã (70% da população) convive em harmonia com a minoria muçulmana (24%), concentrada na parte setentrional do país, ou ainda com pequena

parcela da população que pratica o animismo (2,2%). A minoria anglófona (17%) reclama de discriminações sociais e econômicas sofridas pelas populações das regiões do Sudoeste e Noroeste, resultando na chamada questão anglófona.

Ataques do grupo terrorista Boko Haram e a entrada de refugiados nigerianos, no norte do Cameroun, representam desafios adicionais para o governo. No leste, por sua vez, o fluxo de refugiados centro-africanos também tem representado desafio para as autoridades camerounesas.

Quadro político recente. A situação política no Cameroun passa por período de calma. O segundo colocado nas eleições de 2018, Maurice Kamto, líder do Movimento para o Renascimento do Cameroun (MRC) e membro da etnia bamileke, contestou os resultados do pleito e declarou-se vencedor. Manifestações e protestos foram organizados por seu partido, no âmbito de “programa de resistência” anunciado à época. Kamto foi preso em 28 de janeiro de 2019, juntamente com mais de uma centena de correligionários.

Em setembro de 2019, em resposta à crescente pressão para o lançamento de diálogo inclusivo entre as partes do conflito anglófono e em prol do fim da repressão a opositores, o governo anunciou a convocação do Grande Diálogo Nacional, que teve lugar de 30/9 a 4/10 daquele ano. Ao mesmo tempo, Paul Biya concedeu perdão presidencial a Maurice Kamto e a outros 104 integrantes do MRC. Tais anúncios foram acolhidos positivamente por França, Estados Unidos, ONU e demais parceiros internacionais do Cameroun.

Em fevereiro de 2020, após sucessivos adiamentos, foram realizadas eleições legislativas e municipais em todo o país. Os resultados do escrutínio deram ampla maioria ao partido governista, inclusive nas duas regiões anglófonas. No plano legislativo, verificou-se perda de espaço do SDF para outras legendas, como a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), o Partido para a Reconciliação Nacional (PCRN), do ex-candidato presidencial Cabral Libii, a Frente Nacional para a Salvação Nacional (FNSC), o Movimento para a Defesa da República (MDR) e a União de Movimentos Socialistas (UMS). A RDPC manteve sua ampla maioria na Assembleia Nacional (152 deputados de um total de 180). No âmbito municipal, as eleições asseguraram aos governistas o controle de 316 das 360 municipalidades do país.

Em 6 de dezembro de 2020, foram realizadas as primeiras eleições regionais da história do Cameroun. Conselheiros municipais e chefes tradicionais elegeram 900 conselheiros regionais, nas 10 regiões do país. O partido do Presidente foi vitorioso em nove das 10 regiões.

Não obstante continuar sendo a agremiação hegemônica no cenário político nacional, a RDPC, sob a condução de Biya, busca renovar-se. Está em curso, nesse contexto, preparação de Congresso Nacional do partido, 10 anos depois de sua última realização.

POLÍTICA EXTERNA

Banhado pelo Atlântico a oeste, o Cameroun compartilha fronteiras com Nigéria, Chade, República Centro-Africana (RCA), República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Sua política externa tem sido historicamente discreta, voltada, de forma pragmática, à promoção da cooperação com seus parceiros.

Não obstante, o país é ativo nos foros multilaterais. No discurso que proferiu por ocasião da abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Lejeune Mbella Mbella reafirmou as grandes linhas condutoras da política externa camerounesa: defesa do multilateralismo; ênfase no papel da ONU para a preservação da paz e da segurança internacionais; necessidade de solidariedade global para promover o desenvolvimento e a superação da pobreza; e necessidade de ações conjuntas e coordenadas para enfrentar as ameaças globais representadas pela mudança climática, pelas migrações e pelo terrorismo.

O Cameroun é membro da *Commonwealth*, da Organização Internacional da Francofonia e da Organização da Cooperação Islâmica, o que reflete sua identidade bilíngue e plurirreligiosa. O país, ademais, é tradicional contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas na África, ocupando atualmente o 18º lugar em termos de contingente.

No plano regional, o Cameroun integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). Mantém relacionamento cordial com os vizinhos, para os quais exporta principalmente gêneros alimentícios.

Chade. O Cameroun é importante aliado do Chade na luta contra o grupo terrorista Boko Haram. Os dois países integram a Força Multinacional Mista (FMM), conformada em 2015 para atuar de maneira coordenada no combate ao terrorismo na Bacia do Lago Chade e da qual participam também Nigéria e Níger.

No contexto da crise política e securitária aberta em abril de 2021 com a morte do presidente chadiano Idriss Déby Itno, o Cameroun atuou no seio da União Africana em favor do Chade. É unânime, no meio político camerounês, a preocupação com os efeitos negativos que um novo ciclo de instabilidade e conflitos no país vizinho poderia trazer para o Cameroun.

O petróleo chadiano é exportado através de oleoduto que atravessa o território camerounês até chegar ao porto de Kribi. O corredor rodoviário Douala-N'Jamena, por sua vez, constitui a principal via de abastecimento e escoamento de mercadorias do Chade, país sem acesso direto ao mar.

Nigéria. A devolução definitiva da Península de Bakassi ao Cameroun, em 2013, eliminou a principal fonte de tensão na relação com a Nigéria e ensejou a instauração de ambiente amistoso e pragmático. A segurança e o combate ao extremismo na região do Lago Chade constituem um dos principais temas do relacionamento bilateral. Os dois países cooperam no combate ao grupo Boko Haram, no âmbito bilateral e regional.

Outro tema relevante diz respeito ao combate à pirataria no Golfo da Guiné. Um dos países mais afetados pelo fenômeno, a Nigéria vem procurando intensificar sua colaboração com o Centro Interregional de Cooperação dos países do Golfo (CIC), cuja sede fica em Iaundê, visando às atividades de contrapirataria e ao combate ao roubo armado no mar.

As trocas comerciais bilaterais são expressivas: a Nigéria é o segundo maior fornecedor do Cameroun, com exportações que alcançaram USD 1,1 bilhão em 2020 (barcos, produtos de tabaco, cimento e bebidas e outros produtos alimentícios). É também o 26º maior comprador do Cameroun, com importações (sobretudo alimentos) no valor de USD 4,2 milhões em 2020.

República Centro-Africana. A região leste do Cameroun tem sido negativamente afetada pela instabilidade política e securitária na República Centro-Africana (RCA). A recente crise causada pela eleição presidencial na RCA, em dezembro de 2020, gerou aumento do já grande número de refugiados centro-africanos no Cameroun, que totaliza 321.603 pessoas, conforme o ACNUR (abril de 2021).

O Cameroun contribui atualmente com contingente de 1.030 militares e civis para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Ademais, o corredor rodoviário Douala-Bangui é uma das principais rotas de abastecimento utilizadas pela RCA.

França. Do ponto de vista político, a França continua a ser o principal parceiro do Cameroun, gozando de grande influência. Essa influência se expressa, entre outras formas, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica, nos acordos militares, na manutenção do Franco CFA como moeda regional e na forte presença de empresas e nacionais franceses no Cameroun.

Ao mesmo tempo em que apoia a luta contra o terrorismo e o extremismo na região do Lago Chade e atribui grande importância à preservação da estabilidade e da governança do Cameroun, a França tem enfatizado a necessidade de que uma solução política seja encontrada para o conflito anglófono nas regiões do Noroeste e do Sudoeste do país. Em mensagem de felicitações enviada ao Presidente Paul Biya, por ocasião da Data Nacional, em 20 de maio de 2021, o presidente Emmanuel Macron reiterou o apoio francês aos esforços do governo camerounês com vistas a promover a descentralização administrativa e financeira, em conformidade com as recomendações emanadas do Grande Diálogo Nacional.

A presença francesa na economia camerounesa é diversificada: há cerca de 200 empresas subsidiárias de grupos franceses ou de propriedade de cidadãos franceses. A França atua na exploração de petróleo, na agroindústria e no setor madeireiro, na construção civil, nas telecomunicações, no setor financeiro e nos setores de transporte, logística e distribuição. Grupos franceses estão posicionados em grandes projetos no país, a exemplo da hidrelétrica de Nachtigal, cujo principal acionista e operador é a EDF, e do grupo mineiro Eramet, que obteve em 2019 concessão para explorar um depósito de rútilo na região do Centro.

Em termos de trocas comerciais, a França posicionou-se como o terceiro maior fornecedor do Cameroun em 2020, com exportações estimadas em quase USD 592 milhões (principalmente produtos farmacêuticos, máquinas e equipamentos, cereais e produtos alimentícios), e o sétimo maior comprador do Cameroun, com importações no valor de USD 267 milhões (cacau, bananas, alumínio e madeira). Em 2019, o estoque de investimento francês direto no Cameroun ascendia a 853 milhões de euros.

Estados Unidos. Durante visita que fez ao país em 2019, o então Secretário de Estado Assistente para a África, Tibor Nagy, ressaltou a forte relação existente entre os EUA e o Cameroun, considerado de “importância estratégica” no Golfo da Guiné. Indicou, na ocasião, que os EUA tencionam aumentar o volume de investimentos no país, notadamente nos setores de transporte e energia.

As relações bilaterais são densas, com atuação dos EUA, mediante distintas agências (USAID, CDC, Peace Corps, etc.) nas áreas de saúde, capacitação, educação, meio ambiente, ajuda humanitária, assistência técnica e defesa, entre outras.

Ambos os países mantêm cooperação importante no âmbito militar, notadamente no combate ao grupo Boko Haram no Extremo Norte e à pirataria no Golfo da Guiné. Em 2016, os EUA financiaram a criação de seis centros de operações marítimas em Limbe, Douala e Kribi e doaram vários barcos de casco rígido da classe Defender para patrulhas marítimas.

Em 2020, os EUA posicionavam-se como o sexto maior fornecedor e o terceiro maior comprador do Cameroun. As importações camerounesas alcançaram cifra estimada em USD 195 milhões (principalmente embarcações, aparelhos mecânicos, obras plásticas, sorgo e veículos automotores). As exportações camerounesas, por seu turno, alcançaram USD 453 milhões, consistindo principalmente de petróleo bruto, cacau, madeira, ouro e borracha.

China. Comemoram-se, em 2021, 50 anos de estabelecimento das relações bilaterais entre a China e o Cameroun. Na última década, houve avanço notável da presença chinesa no país, com importante crescimento do intercâmbio econômico. O país asiático foi o segundo maior destino das exportações camerounesas em 2020 (depois dos Países Baixos, o que possivelmente pode ser atribuído ao “efeito Rotterdam”), de onde importou principalmente hidrocarbonetos, madeira, algodão e cobre, no valor de cerca de USD 751,6 milhões (quase o dobro do registrado em 2010); e o primeiro fornecedor do país, para o qual exportou principalmente máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos, materiais ferrosos e equipamentos mecânicos, a um valor de USD 2 bilhões (mais do triplo do registrado em 2010).

Além das trocas comerciais, a China vem consolidando sua presença com a atuação de empresas responsáveis por grandes projetos de infraestrutura, ou posicionadas em setores estratégicos, a exemplo da petrolífera Addax Petroleum (subsidiária da gigante Sinopec), segunda maior produtora de petróleo bruto do Cameroun, com 30% de participação de mercado, ou da construtora China Harbour Engineering Corporation (CHEC), responsável pela construção do porto de águas profundas de Kribi.

Conforme o Ministério da Economia, a China responde hoje por 69% do financiamento de investimentos estrangeiros no país. De acordo com o último censo do Instituto Nacional de Estatística, em 2018, havia 172 empresas chinesas instaladas no Cameroun. O gigante asiático é, ademais, o maior credor individual do país, detendo, em dezembro de 2020, 61,7% da dívida bilateral (USD 3,4 bilhões de um total de USD 5,6 bilhões).

A cooperação militar entre Iaundê e Pequim tem igualmente avançado, com aumento da venda de equipamentos de defesa na última década, tais como mísseis terra-ar, radares, patrulheiros e vários tipos de veículos de combate. Conforme dados do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo, a China é o país que mais exportou produtos de defesa para o Cameroun no período de 2010 a 2020.

No plano político, vale registrar o apoio do Cameroun à China no tocante à questão da minoria muçulmana uigur em Xinjiang. A China, por seu turno, juntamente com a Rússia, declarou, em maio de 2019, apoiar a soberania e a integridade territorial do Cameroun e opor-se à ingerência externa no conflito anglófono.

Rússia. Moscou e Iaundê mantêm relações diplomáticas desde 1964 e, na evolução recente do relacionamento bilateral, destaca-se a assinatura, em 15 de abril de 2015, de

acordo de cooperação militar e técnica, que prevê a formação de quadros e aquisição de material bélico russo pelo Cameroun. No mesmo ano, a Rússia doou material destinado às forças de segurança camerounesas engajadas na luta contra o Boko Haram.

Em outubro de 2019, o Ministro das Relações Exteriores camerounês chefiou importante delegação à I Cúpula Rússia-África (Sochi, 23-24/10), integrada pelos Ministros de Recursos Hídricos e Energia; do Comércio; da Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional; das Minas; pelo Presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Minas e Artesanato do Cameroun e por dirigentes de 20 empresas públicas, paraestatais e privadas.

Embora não haja investimentos diretos significativos da Rússia no Cameroun, em termos comerciais é digno de nota o crescimento das exportações russas para o país nos últimos anos, com incremento de 26% entre 2016 e 2020, quando chegaram a cerca de USD 122 milhões, com pauta dominada por trigo, óleos de petróleo, fertilizantes e ferro. As exportações do Cameroun, por outro lado, compostas principalmente por madeira e derivados de madeira, borracha e café, caíram 20% entre 2016 e 2020, tendo somado USD 1,5 milhões no ano passado.

Turquia. A Turquia tem ampliado sua presença no Cameroun, por meio do estabelecimento no país de várias empresas turcas. Conseguiu obter contratos de grande escala, notadamente o da construção do complexo esportivo Japoma em Douala, no âmbito da preparação do país para sediar a Copa das Nações Africanas em 2022.

A vertente educativa da diplomacia turca é digna de registro. A Fundação Maarif, que atua no ensino básico, e o Instituto de língua Yunus Emre, ambos presentes no Cameroun, difundem a cultura e a língua turcas, o que permite o aproveitamento de bolsas de estudo oferecidas a estudantes camerouneses em universidades daquele país.

Em abril de 2021, o Cameroun ratificou acordo-quadro de cooperação militar e acordo de cooperação em formação militar, ambos assinados com a Turquia em 2018.

Índia. As relações Cameroun-Índia atravessam momento de adensamento. Em setembro de 2018 foi aberta embaixada residente em Iaundê, no contexto de estratégia indiana de abertura de 18 novas representações diplomáticas no continente africano. Até então, o país contava somente com um consulado-geral em Douala.

Cameroun e Índia mantêm relações em áreas como comércio, saúde e intercâmbio estudantil, com expressivo número de estudantes camerouneses matriculados em universidades indianas, principalmente nas áreas de formação médica e de ciência e tecnologia. Em julho de 2018, durante visita à África, o Primeiro-Ministro Narendra Modi declarou que a cooperação com o Cameroun visaria a compartilhar a experiência de seu país na inovação informática, prestação de serviços públicos, expansão da assistência social e de saúde, cooperação financeira, agricultura e inserção de populações marginalizadas.

No biênio 2018-2019, o comércio bilateral cresceu cerca de 28%, atingindo USD 521 milhões, em comparação USD 407 milhões no biênio 2017-18. As exportações da Índia para o Cameroun são compostas principalmente por produtos farmacêuticos, plásticos, calçados e têxteis. As principais exportações camerounesas para o mercado indiano incluem petróleo bruto, madeira e objetos de madeira, café e cacau.

Durante visita em 2017 a Nova Délhi do então Ministro da Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional, Louis Paul Motaze, o Cameroun assinou contrato de empréstimo comercial com o EximBank da Índia, no valor de USD 93,50 milhões para a construção de linha de transmissão entre Bafoussam e Iaundê.

ECONOMIA

A economia do Cameroun, país mais populoso da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), desempenha papel importante no cenário econômico sub-regional, embora seja pouco desenvolvida em termos globais. O país dispõe de vastos recursos naturais, goza de relativa estabilidade política e está situado em área privilegiada, que lhe permite atuar como “hub” comercial. Possui a economia mais forte e diversificada da África Central, com um PIB de USD 39 bilhões em 2020 (correspondente a mais de um terço do PIB da CEMAC). Petróleo, madeira, cacau e ouro são os principais produtos de exportação. A extração petroleira, ainda que de dimensões reduzidas em termos mundiais, tem sido historicamente responsável por grande parte das exportações anuais e constitui o principal setor da economia.

Em 2017, o país recorreu à assistência do Fundo Monetário Internacional, na modalidade “Extended Credit Facility”, com o objetivo de restaurar os saldos macroeconômicos que se haviam deteriorado, em razão da queda dos preços internacionais do petróleo. O programa, no valor de USD 666,2 milhões, foi encerrado em setembro de 2020 e foi considerado bem-sucedido pelo FMI. Contudo, estão em andamento negociações para a assinatura de um novo pacote de assistência: após registrar uma taxa de recuperação gradual a partir de 2018, ao amparo do acordo, a economia sofreu contração em 2020 (-2,8%), devido à pandemia de Covid-19, à crise de segurança na região do Extremo Norte, alvo de ataques esporádicos do grupo Boko Haram, e ao conflito separatista nas regiões anglófonas, iniciado em 2016.

O governo e as instituições financeiras internacionais preveem que o PIB camerounês registre crescimento de até 3,4% em 2021 e siga trajetória ascendente no médio prazo, dependendo da evolução da pandemia, da situação securitária e da implementação da nova estratégia de desenvolvimento para o período de 2020-2030.

O Cameroun tem feito esforços para melhorar seu ambiente de negócios, que, no entanto, continua desafiador: o país ocupa o 167º lugar no ranking “Doing business” do Banco Mundial, edição 2020.

A posição geográfica estratégica do país, sua riqueza mineral ainda pouco explorada, o tamanho de seu mercado, a qualidade de sua força de trabalho (na comparação com os demais países da sub-região), os projetos em curso para fortalecer a infraestrutura e as perspectivas de desenvolvimento do setor industrial têm atraído a atenção de empresários e justificam a presença no país de empresas de China, França, Alemanha, Espanha, Itália e Bélgica, bem como, de forma crescente, de Índia e Turquia, entre outros. Há interesse, sobretudo, em participar de projetos estruturantes no país.

Situação econômica. De 1994 a 2019, a economia do Cameroun registrou longo ciclo de crescimento, interrompido apenas com a contração econômica de 2020, devida, em grande medida, à crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19. Espera-se que o país recupere sua trajetória ascendente em 2021. Mesmo ancorado nessa longa expansão, o PIB nominal *per capita* em 2019 era estimado em USD 1,5 mil (e USD 1,47 mil em 2020), o que situa o Cameroun na categoria de país de renda média baixa.

O nível da dívida pública cresceu rapidamente nos últimos anos, passando de 12% do PIB em 2004 para 44,2 % em março de 2021 (cerca de USD 19,2 bilhões). Esse crescimento deveu-se principalmente à implementação de um programa de investimentos em grandes projetos de infraestrutura, que previa a realização de 11 projetos estruturantes, dos quais seis foram concluídos (hidrelétricas de Lom Pangar e Memve’élé, porto de águas profundas de Kribi, segunda ponte sobre o rio Wouri, planta

de produção de gás de Kribi e ampliação da rede de fibra ótica), um segue em curso (construção da autoestrada Iaundê-Douala) e quatro ainda não se iniciaram (construção de fábrica de fertilizantes químicos, construção de novas fundições de alumínio, desenvolvimento de complexos agrícolas, construção de linha ferroviária de 1.000 km).

O Escritório de Preparação de Grandes Projetos do Ministério das Finanças contabiliza 20 projetos adicionais de menor envergadura, incluindo a hidrelétrica sobre o rio Mekin, a primeira fase da autoestrada Iaundê-Nsimalen (cuja construção foi concluída) e as hidrelétricas de Bini e de Nachtigal, (cujas obras estão em andamento).

O risco de endividamento do país aumentou de moderado para alto, devido a esses investimentos, mas também, em menor medida, devido aos empréstimos contraídos para enfrentar a crise derivada da queda nos preços das commodities em 2014 e, a partir de 2020, para enfrentar a pandemia de Covid-19. Não obstante, na avaliação do FMI e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a dívida continua viável (menos de 45% do PIB), estando longe do limiar de tolerância de 70% do PIB estabelecido para a zona CEMAC. A China é atualmente o maior credor bilateral do Cameroun e detinha 61,7% da dívida bilateral camerounesa em 31 de dezembro de 2020 (cerca de USD 3,4 bilhões de um total de USD 5,6 bilhões). O segundo maior credor bilateral é a França, com 28,5% da dívida (USD 1,5 bilhões)

A taxa de inflação em 2020 foi de 2,8% a.a, abaixo do limite de 3% estipulado pela CEMAC. A política monetária é controlada pelo banco central regional, o Banco dos Estados da África Central (BEAC), que prioriza o controle da inflação e a manutenção do Franco CFA a uma taxa constante de conversibilidade com o euro.

Setores econômicos. O setor primário é de fundamental importância para o Cameroun, pois emprega aproximadamente 43,5% da população economicamente ativa. A baixa produtividade, entretanto, faz com que contribua com apenas 18% do PIB (dados de 2019). O setor secundário representa 30% do PIB e concentra 14,4% do emprego, enquanto o terciário (administração pública, comércio, serviços financeiros, telecomunicações, etc.) responde por 52% do PIB, empregando 42,1% da PEA.

Além da exploração de hidrocarbonetos, o país desenvolve ampla gama de atividades, particularmente nos setores florestal e agrícola (monoculturas e produção de alimentos) e nas áreas de indústria de bebidas, refinarias de açúcar, produção de óleo, sabão, farinha, alumínio, cimento, metalurgia e processamento primário de madeira, entre outras. A agricultura de exportação é dominada por cinco produtos principais: banana, borracha, cacau e chá. O setor madeireiro é um dos pilares da economia nacional: contribui com 5% do PIB e 10% da renda não-petrolífera do governo.

Note-se que o novo plano de desenvolvimento nacional camerounês incorpora política de substituição de importações, visando ao incremento da produção e da indústria locais e à redução dos gastos com importação de produtos de primeira necessidade, como arroz, pescados, laticínios e outros.

Matriz energética. O setor energético padece de expressivo déficit de abastecimento, não obstante contar o país com significativos recursos energéticos, que o colocam em terceiro lugar em termos de potencial energético na África subsaariana, depois da República Democrática do Congo e da Etiópia, e em segundo lugar em termos de potencial hidrelétrico, depois da República Democrática do Congo. A capacidade instalada é estimada em 1.400 MW (dados disponíveis de 2017), dos quais 53% são provenientes da hidroeletricidade (quase 6% do potencial hidrelétrico, estimado pelo Banco Mundial em mais de 12.000 MW) e 47% são térmicos.

O índice de consumo de eletricidade é de apenas 275 Kwh per capita e, devido principalmente ao baixo índice de eletrificação rural, somente 63% da população têm acesso à eletricidade. Projetos de construção de hidrelétricas foram empreendidos na última década para reduzir esse déficit, mas o impacto positivo da infraestrutura instalada ainda é pequeno, devido a atrasos na entrada em operação das usinas e a dificuldades ligadas à qualidade e à extensão das linhas de transmissão. O governo ambiciona atingir produção de 3000 MW até 2035 e tornar-se exportador regional. O uso de fontes renováveis alternativas, como a energia solar, ainda é incipiente.

Petróleo e gás. O Cameroun é produtor e exportador de petróleo e derivados. A produção, contudo, vem declinando há anos, devido ao esgotamento das reservas. Tendo atingido um pico de produção de 186 mil barris/dia em 1985, em 2019 o país produziu 72 mil barris/dia. Ao longo desse período, a contribuição do setor para o PIB caiu de 14,5% para 4,7%. As exportações de hidrocarbonetos, não obstante, continuam a ter impacto significativo no crescimento econômico geral, em razão de seu peso na balança comercial do país (41,8% do total das vendas ao exterior em 2019).

O declínio da produção de petróleo vem sendo parcialmente compensado pelo aumento na produção de gás natural: o Cameroun conta com reservas importantes, estimadas, em 2020, em 6,38 TCF (180,66 bilhões de metros cúbicos). Em 2018, teve início a exportação de GNL, com a entrada em produção, no ano anterior, de planta flutuante de liquefação (FPS) no litoral, perto do porto de Kribi. A capacidade de produção da unidade é de 1,2 milhão de toneladas de GNL ou 8,2 milhões de barris/ano.

Recursos minerais. De acordo com estudos financiados pelo PNUD, o subsolo camerounês é rico em reservas de ferro, rútilo, bauxita, estanho, urânio, ouro e diamantes, atualmente pouco exploradas. Tem havido interesse de empresas de Estados Unidos, China e Austrália em desenvolver projetos de mineração no Cameroun.

Comércio exterior. A União Europeia é o principal parceiro comercial do Cameroun e seu principal mercado para as exportações não petrolíferas. As duas partes assinaram, em agosto de 2016, acordo de parceria econômica que permite a entrada de mercadorias camerounesas no mercado europeu com isenção de impostos. Em contrapartida, 76,7% das linhas tarifárias, correspondentes a 80% do comércio com a UE, foram sujeitas ao desmantelamento progressivo de tarifas, a ocorrer ao longo de 15 anos.

No plano bilateral, a China ocupa a posição de principal parceiro do país, tanto em termos de comércio como de investimentos, seguida por países europeus como França, Itália e Países Baixos. As exportações camerounesas para o país asiático são compostas principalmente por combustível (petróleo bruto e gás natural liquefeito), madeira e produtos de madeira e cacau e suas preparações, enquanto a pauta de importações é dominada por máquinas e equipamentos elétricos e industriais, hidrocarbonetos, veículos e outros equipamentos, cereais (especialmente arroz, que correspondeu a quase 6% do total das importações em 2019), produtos farmacêuticos, artigos de aço, ferro e plástico, papel, peixe e alimentos processados, entre outros itens.

Em 1º de dezembro de 2020, o Cameroun depositou junto à Comissão da União Africana os documentos de ratificação do acordo para a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), tornando-se o 33º país a confirmar a adesão à iniciativa. A expectativa do Cameroun com a área de livre comércio baseia-se na implementação da nova estratégia de desenvolvimento do país e de seu Plano Diretor de Industrialização, adotado em 2016 e cujo objetivo é diversificar e industrializar a economia, possibilitando o aumento das exportações para outros países da África.

MAPA





DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Cameroun
GENTÍLICO:	Camerounês
CAPITAL:	Iaundê (Yaoundé)
ÁREA:	475.440 km ²
POPULAÇÃO:	26,55 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60%), Crenças Tradicionais Animistas (20%), Islamismo (20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (180 membros) e Senado (100 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Paul Biya (desde novembro de 1982)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Joseph Dion Ngute (desde janeiro de 2019)
CHANCELER:	Lejeune Mbella Mbella (desde outubro de 2015)
PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS:	ONU, OMC, União Africana, Organização Internacional da Francofonia, Commonwealth of Nations
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	USD 39,02 bilhões (FMI)
PIB – PARIDADE DE PODER DE	USD 96,8 bilhões (FMI)

COMPRA (PPP) (2020):	
PIB PER CAPITA (2020)	USD 1,47 mil (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2020)	USD 3,65 mil (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,8% (2020), 3,9% (2019), 4,1% (2018), 3,5% (2017), 4,6% (2016); 5,7% (2015) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,563 (153ª posição entre 188 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	59,3 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	77,1 % (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	3,4% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	SE Sr. Martin Agbor Mbeng
EMBAIXADORA EM IAUNDÊ:	Embaixadora Vivian Loss Sanmartin
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 70 brasileiros residentes no Cameroun

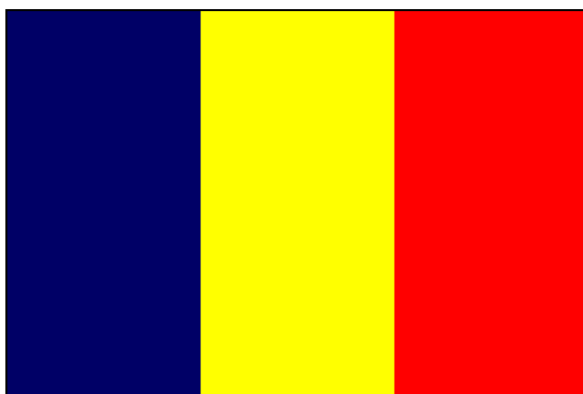
INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Cameroun	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	104.897	87.407	69.073	43.226	94.626	69.738	66.570	45.072
Exportações	98.916	83.500	67.369	42.167	93.465	68.048	35.032	41.932
Importações	5.981	3.907	1.704	1.059	1.161	1.685	31.538	3.140
Saldo	92.935	79.593	65.665	41.108	92.304	66.368	3.494	38.792



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e
África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

CHADE



OSTENSIVO

Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de aproximadamente 16 milhões de pessoas. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, dada a sua força militar, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.

Com a exceção das imediações do Lago Chade e o sul do país, o Chade é marcado pelo semi-árido Sahel e pelo deserto do Sahara ao norte. O país tem área total semelhante ao Estado do Pará. Há grande diversidade de grupos étnicos (Sara, canuri, fulani, haussa, árabes e outros) e religiosos (maioria muçulmana, mas com presença cristã significativa). Cerca de 75% da população é rural, com a população urbana concentrada na capital N'Djamena. Aproximadamente metade da população tem menos de 15 anos de idade, com a expectativa de vida ao nascer na faixa dos 50 anos.

Enfrentando forte oposição na região norte do país, o primeiro presidente chadiano, François Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década. Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte. Como resultado desses novos embates, formou-se, então, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Idriss Déby Itno fundou, no Sudão, movimento rebelde chamado Movimento Patriótico de Salvação. Déby Itno logrou chegar ao poder em 1990.

Ao se estabelecer na presidência, Idriss Déby Itno comprometeu-se com uma transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se maior liberdade de expressão e de imprensa. O início do governo Itno coincidiu com a descoberta e início da exploração

de grandes reservas de petróleo. Por fim, em 1996, aprovou-se, via *referendum*, uma constituição e realizaram-se eleições, vencidas por Déby Itno. Este foi reeleito em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021. Sua morte repentina, ocorrida poucos dias após a eleição de abril de 2021, levou à instauração de governo provisório liderado por Mahamat Idriss Déby.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahamat Idriss Déby



Filho do ex-presidente Marechal Idriss Déby, nascido em 4 de abril de 1984 em N'Djamena, o General Mahamat Idriss Déby assumiu a presidência do Conselho Militar de Transição após a morte de seu pai, que comandou o Chade de 1990 a 2021. Coursou a escola de oficiais das forças armadas chadianas, com cursos realizados na França. Foi promovido ao generalato em 2010, tendo sido comandante da guarda presidencial e Diretor Geral de Serviços de Segurança das Instituições de Estado. Comandou forças chadianas no Mali, na fronteira leste do país e no embate com rebeldes oriundos da Líbia. Considerado o mais discreto dos filhos do Marechal, manteve a estabilidade após a morte do pai, integrou a oposição ao governo de união nacional e reiterou compromisso com eleições em 18 meses, desde que haja estabilidade e apoio internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê, Cameroun. Desde então, as relações vêm se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura.

A então Ministra da Agricultura e Irrigação do Chade, Mahamat Maria, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2012, o Presidente Idriss Déby Itno visitou o Brasil no contexto da Rio+20.

Em fevereiro do 2021, a Embaixadora Vivian Loss Sanmartin visitou N'Djamena para entregar suas cartas credenciais ao então Presidente Itno, acompanhado do Chanceler, Embaixador Mahamat Zene Cherif, do Secretário-Geral da Presidência, Kalzeube Pahimi Debeut, do Conselheiro Diplomático, Oumar Acheikh Ibini, e do Diretor do Gabinete Civil, Abdelkerin Idriss Déby Itno. Ao iniciar a audiência, Presidente Itno pediu para transmitir seus cordiais cumprimentos ao Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que o Brasil é um grande país, com o qual o Chade mantém excelentes relações, mas que seria importante buscar maneiras de aprofundá-las. Recordou viagem que fez ao País em 2012, no contexto da conferência "Rio+20". Mencionou o projeto de abrir, "possivelmente em 2021", um escritório comercial em Brasília, a ser posteriormente elevado ao status de representação diplomática permanente (a embaixada do Chade em Washington acumula as representações desse país nos países da América Latina).

A Embaixadora do Brasil afirmou que a retomada do crescimento da economia chadiana - após a crise causada pela queda dos preços internacionais de petróleo - parecia momento propício para ampliarmos contatos e identificarmos setores onde a presença brasileira poderia ser promovida. Foi recordado que, desde 2009, a Agência Brasileira de Cooperação desenvolve projeto de cooperação técnica emblemático com a participação do Chade, ao abrigo do "Cotton 4 + Togo", com bons resultados para a produção algodoeira local e capacitação técnica dos agricultores. A Embaixadora lembrou, também, possibilidades de cooperação em outras áreas, como agricultura e defesa.

Cooperação Técnica

Os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia do Algodão nos Países da África.

Atualmente, o Brasil conta com duas iniciativas regionais em cotonicultura das quais participa o Chade, quais sejam: Projeto Cotton-4+Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Maláui, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue).

O projeto "Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo", mais conhecido como Cotton-4+Togo, objetiva contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Chade, no Benim, no Burkina Faso, no Mali e no Togo. Em cada um dos países, foi implantada pela Embrapa, com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.

O projeto "Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura" tem como objetivo fortalecer as bases da cadeia produtiva do algodão e da agricultura familiar locais nos países beneficiários (Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Togo, Maláui, Quênia, Tanzânia, Zimbábue). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) foi a instituição implementadora técnica do lado brasileiro.

Cooperação Jurídica

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Chade. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio

de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros que residam no Chade. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Chade não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

Idriss Déby Itno

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Muçulmano da etnia Zaghawa, estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, foi nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos entre o Presidente Hissène Habré e Déby fazem o último exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o Movimento Patriótico de Salvação (MPS). Em dezembro de 1990, Déby, por meio de movimento militar, chegou ao poder. Após seis anos de governo, houve as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas pelo mandatário chadiano. Idriss Déby Itno foi reeleito em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021.

No fim de 2020, houve série de mudanças constitucionais. Foram criados o Senado e o Tribunal de Contas, além da formalização do cargo de Vice-Presidente. Eliminou-se a exigência de prestação de juramento confessional para aceder a funções públicas; a reformulação, por um comitê a ser constituído por artistas e historiadores, da bandeira nacional (que é praticamente idêntica à da Romênia), com vistas a introduzir elemento que a diferencie do pavilhão romeno; a criação de um Conselho Nacional de

Mulheres e de um Conselho Nacional de Jovens, bem como de um observatório de gênero e, no sentido contrário, a eliminação do Conselho Econômico, Social e Cultural. Foi reduzida, ademais, a idade mínima exigida para os candidatos à Presidência da República, que passou de 45 anos para 40.

Eleições de 2021

O chefe de Estado chadiano, Idriss Déby Itno, foi investido pelo "Mouvement Patriotique du Salut" (MPS) como candidato a um sexto mandato. Déby Itno afirmou como prioridade conter o terrorismo e a insegurança, de forma a permitir que o país continue sua marcha rumo à emergência. O Marechal - título que recebeu do Congresso em 11 de agosto de 2020, e pelo qual passou a ser chamado em cerimônias oficiais - encarnava, para muitos, a única garantia de estabilidade e manutenção da paz e ordem no país, em meio às ameaças crescentes de grupos terroristas e facções armadas na região do Lago Chade e nos países vizinhos.

A coalizão "Alliance Victoire", conformada por 16 partidos da oposição, anunciou ter designado um candidato único para enfrentar o incumbente: Theophile Bebzoune Bongoro, de 55 anos, fundador em 2018 do "Parti pour le Rassemblement et l'Équité au Tchad". Bongoro derrotou o líder da União Nacional para o Desenvolvimento e Renovação (UNDR), Saleh Kebsabo, que obteve o segundo lugar nas presidenciais de 2016, com 12,8 % dos votos. A frente opositora não logrou, contudo, evitar que outros anunciassem candidaturas próprias, entre os quais Félix Romadounngar Nialbé, Presidente da União para a Renovação e o Desenvolvimento (URD), o maior partido da oposição na Assembleia Nacional, com oito deputados. Balthazar Alladoum Djarma, da "Ação Socialista Chadiana para a Renovação" (ASTRE) e Nasra Djimasngar, líder do Movimento "Um novo Dia", indicaram igualmente que seriam candidatos.

Para a Missão de observação da CEMAC, composta por 17 especialistas, as eleições do dia 11 de abril teriam se desenrolado de forma "livre, democrática e transparente" e o escrutínio teria seguido os padrões internacionais. A atmosfera "festiva e pacífica" na qual se desenrolou a eleição foi igualmente destacada pelo representante da Organização da Cooperação Islâmica, Embaixador Ali Gontali, que felicitou o governo pela boa organização do pleito. Para alguns observadores independentes, o escrutínio, no qual estavam habilitados a votar cerca de 7,3 milhões de chadianos, foi marcado por forte abstenção em diversos bairros de N'Djamena, cenário

que se teria repetido na maioria das cidades do país. A população teria assim atendido em ampla medida aos apelos de boicote do pleito, em campanha liderada por líderes como Saleh Kebzabo, oponente histórico de Déby Itno.

O calendário oficial chadiano previa que a contagem dos votos teria lugar até 25 de abril; de 26 a 30 de abril caberia recurso dos candidatos a respeito dos resultados; de 1º a 15 de maio, os recursos deveriam ser examinados pela Suprema Corte, que proclamaria o resultado definitivo ao final desse período. O dia das eleições foi marcado por ação violenta do grupo rebelde “Fronte para a mudança e concórdia do Chade” (FACT, na sigla em francês) na província de Kanem, 300 quilômetros norte da capital. O grupo teve origem na guerra civil da Líbia, com recursos e soldados oriundos do conflito no vizinho do norte. Com milhares de soldados e centenas de veículos armados, o grupo pretendia invadir a capital e derrubar o governo Itno, que acusava de autoritário e corrupto. No dia 17, os embates entre tropas rebeldes e soldados das forças armadas se intensificaram e resultaram em centenas de baixas rebeldes e dezenas de mortes dos governistas.

No dia 19 de abril, ainda em meio ao conflito, a Comissão Eleitoral Independente (CENI) chadiana anunciou a reeleição de Itno com 79.3% dos votos. O segundo lugar foi obtido pelo ex-primeiro Ministro Albert Pahimi Padacké, do "Rassemblement national pour la démocratie au Tchad", que teria recebido 10,32 % dos votos.

Morte de Déby Itno

Pouco antes do meio-dia de 20 de abril, horas depois do anúncio do resultado das eleições, o canal estatal TV Chade interrompeu sua emissão para divulgar comunicado informando sobre o falecimento do Presidente Idriss Déby Itno. O Marechal teria sucumbido a ferimentos recebidos durante operação militar contra o grupo rebelde FACT no norte do país. No mesmo comunicado, o porta-voz do Exército chadiano, General Azem Bermandoa Agouna, informou que um Conselho Militar governaria interinamente o país, assegurando a "independência nacional, a integridade territorial, a unidade nacional, e o respeito aos tratados e acordos internacionais durante os próximos 18 meses", ao cabo dos quais terão lugar eleições "livres e democráticas".

O Conselho seria presidido por um dos filhos de Deby Itno, o General do Exército e Comandante da Guarda Presidencial, Mahamat Idriss Deby Itno, de 37 anos. Embora reforma da constituição de 2018, adotada no ano passado, tenha restabelecido o cargo de vice-presidente, a ser designado pelo Chefe de Estado, este ainda não havia sido nomeado. No continente africano, as mensagens de condolências emitidas por líderes africanos destacaram o papel central do Presidente Itno na promoção da paz, da segurança e da estabilidade na região do Sahel.

Junta militar e governo provisório

Por decreto publicado no dia 26 de abril, o ex-Primeiro-Ministro e ex-candidato presidencial Albert Pahimi Padacké, segundo colocado nas eleições de 11 de abril, foi nomeado pelo Presidente do Conselho de Transição (CMT) como chefe do governo provisório. Alternando participações no governo e na oposição, Padacké, originário da região de Mayo-Kebbi Oeste, no sul do país, foi o último chefe de governo da era Déby, antes da supressão do cargo de Primeiro-Ministro em 2018. O novo Primeiro-Ministro manifestou intenção de compor governo de "unidade nacional". A nomeação de Padacké foi julgada adequada pelo líder oposicionista Saleh Kebsabo.

Em mensagem à nação transmitida à tarde pela rede nacional de televisão e rádio, Mahamat Idriss Déby dirigiu-se pela primeira vez à população, após sua proclamação como presidente do Conselho Militar de Transição. Em sua alocução, o militar buscou apaziguar os ânimos, conclamando a uma "união sagrada" em favor do Chade e exortando seus compatriotas a não causar "graves danos à nação" com atos "contrários à unidade, à convivência e à paz". Mahamat justificou a instalação do Conselho Militar de Transição como forma de preservar a segurança do país e da região.

Por decreto publicado na noite de domingo, 2 de maio, o presidente da Junta militar, Mahmat Itno, nomeou um governo de transição, composto por 40 ministros e Secretários de Estado. A nova pasta de "Reconciliação Nacional e Diálogo" foi confiada a Acheick Ibn Oumar, ex-líder rebelde, ex-Ministro de Hissène Habré, que retornou ao Chade em 2018, após 25 anos no exílio, no âmbito de anistia proclamada com a fundação da 4ª República. Vários ministros faziam, até então, parte da oposição. Abderabhim Awat Atteib e Rachelle Oualmi Bairra, integrantes do partido União Nacional para o Desenvolvimento e Renovação (UNDR), liderado por Saleh Kebzabo,

foram nomeados, respectivamente, para o Ministério da Pecuária e para a Secretaria Adjunta do Governo. Kebzabo, que não desejava integrar pessoalmente o governo, declarou reconhecer a autoridade do Conselho Militar. A maioria dos ministérios de maior relevância foi atribuída a membros do partido governista MPS, com diversos ministros conservando seus cargos ou sendo nomeados para outras pastas. No decreto de nomeação do novo governo assinado pelo Presidente da Junta Militar Mahamat Idriss Déby, este figurava como "Presidente da República". O Primeiro Ministro Albert Pahimi Padacke constava como "chefe do governo de Transição".

Conselho Nacional de Transição

Decorridos quase cinco meses desde o início do governo militar instaurado na esteira da morte do Presidente Idriss Déby Itno, foi anunciada, em 6 de setembro de 2021, a abertura de processo de formação do Conselho Nacional de Transição (CNT). Conforme previsto na "Carta de Transição" adotada pelos militares em abril, o Conselho atuará como um Parlamento interino, ao longo do processo de transição, previsto para durar 18 meses, ao cabo dos quais deverão ser realizadas eleições presidenciais e legislativas. Caberá ao CNT examinar e adotar projeto de futura Constituição do país.

Com o objetivo de refletir a pluralidade da sociedade chadiana, o CNT será composto por partidos políticos representados na Assembleia Nacional; partidos nela não representados; organizações de jovens; corporações profissionais; organizações de mulheres; militares; chefias tradicionais; membros da diáspora, organizações de defesa dos direitos humanos; organizações de pessoas com deficiências; e sindicatos, aos quais se somaria cota reservada ao presidente do Conselho Militar de Transição (CMT) e Chefe de Estado, Mahamat Idriss Déby. O CNT deverá ser composto por pelo menos 30% de mulheres e serão encorajadas as inscrições de jovens com menos de 35 anos. O equilíbrio geográfico entre as regiões também deverá ser levado em conta. Os candidatos, que deverão ter pelo menos 25 anos, ser nacionais chadianos e comprovar aptidão física e mental para exercerem o mandato, deverão depositar suas candidaturas junto ao Comitê Ad hoc de Seleção.

A coalizão Wakit Tama, que reúne partidos políticos e associações que têm feito oposição à Junta Militar, anunciou que não apresentará candidaturas ao CNT, por considerar o Comitê Ad hoc de seleção demasiado próximo do poder. O movimento reivindica a revisão da Carta de Transição imposta pelos militares em abril, e das

condições para a designação dos membros dos comitês estabelecidos pelo governo para levar a cabo o processo de transição.

A instauração do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), uma das principais promessas feitas pela Junta, está condicionada ao estabelecimento do CNT. De acordo com o “roteiro” definido pelas autoridades em agosto, o DNI deverá ocorrer entre novembro e dezembro de 2021. Em seguida, caberá adequar os textos legais às resoluções emanadas do Diálogo e preparar as eleições no período de junho a setembro de 2022.

COVID-19

Em dois comunicados, nos dias 18 e 19 de março de 2020, o governo do Chade anunciou o fechamento dos aeroportos e o primeiro caso identificado do COVID-19 no país. A partir de sexta-feira, 8 de maio de 2020, foi decretado o confinamento de pessoas na capital N'Djamena e mais oito grandes centros urbanos do país, com a proibição de deslocamentos intraurbanos. A partir de junho de 2020, as medidas começaram a ser flexibilizadas. O governo autorizou a reabertura de restaurantes e lojas, bem como o transporte público, com limitação de passageiros. A reabertura de escolas e universidades, assim como de locais de culto, ocorreu em 25/06. Todas as demais medidas de distanciamento social e controle de fronteiras seguiram. Apesar do recrudescimento dos casos de COVID-19 no mês de setembro de 2020, foram retomados os voos internacionais. Do início da pandemia até setembro de 2021, foram registrados cerca de 5 mil casos e 170 mortes.

POLÍTICA EXTERNA

O Ministro de Assuntos Estrangeiros, da Integração Africana e da Diáspora do Chade, Amine Abba-Sidick, pronunciou discurso, por videoconferência, em 25 de setembro passado, durante a sessão de abertura da 75ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em representação do Presidente da República, Mahamat Idriss Déby Itno. Abba-Sidick ressaltou a necessidade de "uma reformulação da governança global, colocada duramente à prova durante a pandemia", com vistas à sua adaptação às novas realidades.

Defendeu apoio concreto aos países mais vulneráveis e em desenvolvimento, inclusive no que se refere aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030. Segundo o Chanceler, as projeções apontam para uma queda do PIB do Chade, bem como do aumento do desemprego e agravamento do déficit orçamentário do governo. Lamentou o não cumprimento das promessas de apoio financeiro por parte de parceiros internacionais. Solicitou a "anulação pura e simples" de suas dívidas externas, de forma a permitir a reconstrução sócio-econômica, no contexto pós-pandemia.

O diplomata chadiano referiu-se ao terrorismo, principal fator de instabilidade na Bacia do Lago Chade e no Sahel. Mencionou ataque perpetrado pelo grupo jihadista Boko Haram, em 23 de março passado, contra as forças de defesa e segurança chadianas na base militar de Bomo, na província do Lago. Lembrou que a ameaça terrorista persiste e renovou apelo a maior apoio da comunidade internacional à "Força Multinacional Mista" da Bacia do Lago Chade e à "Força Conjunta do G-5 Sahel". Reiterou o apelo do Chade ao CSNU para que coloque a Força Conjunta do G-5 Sahel sob o capítulo 7 da Carta da ONU, de forma a assegurar-lhe um financiamento contínuo e previsível. Com relação ao tema da mudança do clima, o Chanceler destacou seus impactos sobre os setores que estão na base da economia chadiana, e disse que o Chade continua plenamente comprometido com a implementação das disposições do Acordo de Paris. Enfatizou, nesse sentido, a urgente necessidade de mobilizar recursos substanciais em favor dos países em desenvolvimento.

Amine Abba-Sidick também comentou questões regionais. Saudou, nesse sentido, o acordo de cessar-fogo na Líbia e exortou o CSNU a defendê-lo e a por fim às ingerências externas naquele país. Saudou, igualmente, a assinatura em 31/08, de um acordo de paz entre os partidos sudaneses, que teve como mediador o Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir, e contou com a participação de representantes do Chade, Qatar, Egito, União Africana, União Européia e Nações Unidas. Conclamou o Egito, a Etiópia e o Sudão a prosseguir com as negociações e a buscar uma solução negociada, sob a égide da União Africana, para o tema da construção da Grande Barragem da Renascença Etíope.

França

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano foi fator

chave em momentos de crise. Atualmente, a França mantém em território chadiano, na capital N'Djamena, a base regional de sua Operação Barkhane, cujo objetivo é o combate ao terrorismo nos países do Sahel. Em meados de 2021, a operação chegou a mais de 5 mil soldados franceses estacionados no país.

No período da pandemia, o presidente Emmanuel Macron foi muito ativo na gestão das duas principais crises securitárias envolvendo o Chade, especialmente no apoio ao G5 Sahel (Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso e Chade) e à Força Multinacional Mista (Nigéria, Chade, Cameroun e Niger). No início de 2020, Macron dobrou os esforços políticos e militares franceses, aumentando o contingente militar da Operação Barkhane (que saltou de 3500 para 5100 militares), promovendo cúpulas do G5 Sahel, e articulando novas missões de treinamento e de apoio europeias.

Num contexto composto por pressões políticas internas e mudanças no cenário geopolítico global e regional, Macron anunciou o fim da operação Barkhane em junho de 2021, com a desmobilização progressiva do esforço militar até o primeiro bimestre de 2022. A presença militar francesa deverá persistir por meio da operação Takuba, que reúne diversos países europeus e africanos.

Estados Unidos

Embora a França ocupe uma posição predominante nos campos político e militar e seja parceiro-chave do Chade nos campos comercial e de investimentos, outras nações destacam-se também na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Os Estados Unidos foram o destino de 56,8% das exportações chadianas em 2016. Na área política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate a atividades terroristas no Sahel.

China

Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do consequente estabelecimento de relações com a China, em 2006, a presença deste país faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero, no qual as empresas chinesas tornaram-se atores-chave. A China tornou-se, nos últimos anos, o quarto principal destino das exportações chadianas e o segundo principal fornecedor do país.

Rússia

Rússia e Chade estabeleceram relações diplomáticas em 24 de novembro de 1964. Nas décadas de 60 e 70, os dois países assinaram acordos de cooperação científica e cultural (1966), comercial (1967), cooperação econômica e técnica (1968) e tráfego aéreo (1974). Na era pós-soviética, Rússia e Chade assinaram acordos de cooperação cultural e científica (1998), técnica-militar (2000), de reconhecimento de diplomas (2000) e na área de formação (1997). Em 2004, foi assinado o acordo de Regulamentação da Dívida Chade-Rússia de créditos pré-outorgados.

Em 2011, no quadro de cooperação e ajuda humanitária, a Rússia fez doação de USD 1,8 milhões ao Chade e, em setembro de 2013, apoiou a candidatura do país a uma vaga de membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Rússia participou, de novembro de 2009 a dezembro de 2010, no âmbito da Missão da ONU para o Chade e República Centro-Africana (MINURCAT), na região leste de "Abéché", com grupo de apoio de helicópteros de transporte MI-6 e 120 militares.

África Central e União Africana

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o primeiro país tem sido caracterizado pelos constantes rompimentos e reconciliações. Entre 2003 e 2010, a crise no Sudão teve consequências diretas para a estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses foram fontes de problemas de ordem política e humanitária para as autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Idriss Déby. Em janeiro de 2010, contudo, os países restabeleceram relações diplomáticas e militares.

A Líbia, país com que o Chade esteve rompido por muitos anos, ocupa, desde a chegada de Idriss Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de Muammar Gaddafi, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes investimentos na infraestrutura chadiana. Dado esse relacionamento e preocupado com os efeitos da desestabilização líbia, o Presidente Idriss Déby criticou fortemente a intervenção de tropas estrangeiras em território líbio em 2011.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países são bastante

intensas. O oleoduto que escoia a quase totalidade da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade. O porto camerounês de Douala é importante ponto de circulação para os produtos que entram e saem do Chade, país sem costa marítima.

No continente africano, o Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Moussa Faki Mahamat, anteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, é o atual Presidente da Comissão da União Africana.

A CEMAC, formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intra-regionais; e o estabelecimento de uma companhia aérea para melhorar o transporte entre os países. Foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que proporcionarão maior autonomia.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central.

G5 Sahel (Tríplice Fronteira)

O Chade é considerado importante aliado no combate ao terrorismo internacional na região do Sahel. Verifica-se densa articulação dos países da região do Lago do Chade com atores extrarregionais.

Em 2014, o G5-Sahel – formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger – anunciou a criação de força regional de combate ao terrorismo e crime transnacional. Em fevereiro de 2017, a Resolução 2359 do Conselho de Segurança das Nações Unidas saudou o desdobramento da Força Conjunta G-5 Sahel. A região de maior preocupação é a fronteira Liptaki-Gourma, entre Níger, Mali e Burkina Faso, em razão do ressurgimento de grupos extremistas, entre os quais, o Katiba Macina, aliado do Ansar Dine, que opera no Mali. A Força Conjunta do G-5 Sahel previa empregar até

5.000 policiais e militares em ações de combate ao terrorismo, mas ainda não conseguiu mobilizar esse contingente devido a restrições financeiras dos países membros. O Marechal Itno havia assumido a presidência pro tempore do G5 Sahel em fevereiro, poucos meses antes de sua morte.

Em agosto de 2021, o governo do Chade anunciou a retirada de 600 soldados da chamada "Zona das três fronteiras" (Burkina Fasso, Mali e Niger), reduzindo assim à metade o contingente chadiano no âmbito da força multinacional do G5-Sahel. As ameaças de ataques de grupos rebeldes à capital, em meio ao processo de transição iniciado na esteira do assassinato do Presidente Idriss Déby Itno, além do aumento dos ataques na região do Lago Chade, são consideradas os principais fatores da decisão.

FMM (Lago Chade)

Já a Força Multinacional Mista (Nigéria, Chade, Cameroun e Niger) tem sua origem em força tarefa estabelecida pelo governo federal da Nigéria, em 1994, que trabalhava em diálogo com representantes militares dos países da Comissão da Bacia do Lago Chade (Cameroun, Chade e Níger). O objetivo era coibir o crime transnacional na região. Em 1998, a força tarefa tornou-se multinacional, com a adição de tropas chadianas e nigerinas. A partir de 2009, a atuação do Boko Haram forçou a revitalização da iniciativa.

Em 2015, após ataque a base de tropas da força tarefa pelo grupo jihadista, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana estabeleceu mandato para a Força Multinacional Mista combater o Boko Haram, reorganizando o esforço militar, transferindo a base para N'Djamena e estabelecendo efetivo de 10 mil soldados. Em abril de 2017, os EUA, por meio do Comando Militar Norte-Americano para a África (AFRICOM), organizaram exercício militar conjunto com os países da Bacia do Lago do Chade, o primeiro desse formato, para apoiar os esforços nacionais de contraterrorismo.

Apesar do sucesso do G5 Sahel e da FTM imediatamente após o seu estabelecimento, os grupos jihadistas se fortaleceram e, especialmente a partir de 2019, ampliaram a intensidade e a frequência dos ataques. O fortalecimento dos ataques na região do Lago Chade exigiu realocação de efetivos chadianos de G5 Sahel e MINUSMA para a região. O presidente Mahamat Déby reafirmou, em junho de 2021, seu compromisso com a FMM, a MINUSMA e o G5 Sahel.

Refugiados

Em função de sua posição geográfica na África, o Chade tem sido duramente atingido por crises de refugiados de seu entorno.

O Escritório das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em N'Djamena estima que existam atualmente mais de 900 mil pessoas deslocadas, incluindo 480.000 refugiados e requerentes de asilo e 336.000 deslocados internos (sobretudo na região do Lago Chade, afetada pelos ataques do Boko Haram). A insegurança em países vizinhos não favorece o retorno das populações deslocadas para o leste, o lago Chade e a região sul do país.

Insegurança alimentar, desnutrição, deslocamentos populacionais constantes e emergências de saúde afetam metade da população do país, que se encontra em permanente vulnerabilidade, exacerbada pelos baixíssimos níveis de desenvolvimento do país e os fatores de risco climáticos. Quase 4,3 milhões de pessoas, 51% delas mulheres, precisam de assistência humanitária externa de emergência e apoio para poderem sobreviver. Em abril de 2021, o Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) anunciou a necessidade de USD 470 milhões para financiar suas ações de apoio, uma vez que há muitos centros de acolhimento no país, especialmente nas fronteiras leste e oeste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum produto de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Em termos regionais, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, por sua vez, mais árido, possuía menor densidade demográfica e peso econômico.

A economia do país, contudo, modificou-se com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido

relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebeu-se declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB. Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo, que, em geral, corresponde a cerca de 80 % do total exportado.

A partir de 2006, a produção petrolífera parou de crescer e, mais recentemente, iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país. Nesse contexto adverso, o PIB sofreu contração de cerca de 6% em 2016 e de 1% em 2020. O FMI avalia que a economia chadiana deve alterar a tendência negativa dos últimos anos e crescer cerca de 2% em 2021.

Perfil Energético

O Chade tem reservas de petróleo estimadas em 1,5 bilhões de barris, cifra pouco inferior à do Gabão – tradicional produtor africano –, e a décima maior do continente. A maior bacia do país, na região conhecida como Doba, teria reservas equivalentes a 900 milhões de barris. O país teria também potencial para a exploração de gás natural.

A prospecção no país teve início ainda na década de 60, sua primeira concessão foi aprovada em finais dos anos 80, mas a produção ganhou impulso a partir da entrada em operação, em 2001, de oleoduto de pouco mais de mil quilômetros de extensão que atravessa o território de Cameroun para o escoamento do petróleo via instalação portuária daquele país. Em 2006, foi criada a estatal Sociedade de Hidrocarbonetos do Chade (SNT, na sigla em francês), que, por meio de parcerias com empresas locais e companhias petrolíferas internacionais – entre elas a ExxonMobil, Chevron, Shell, a malásia Petronas e a chinesa CNPC –, atua em diferentes segmentos da cadeia de valor do setor de petróleo e gás no país. Segundo estimativas de órgão de controle interno independente, as receitas governamentais derivadas do recebimento de *royalties* da produção de petróleo chegaram a alcançar cerca de 60% do orçamento nacional. Apesar da produção local, o Chade importa parte considerável dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de refino, equivalente a cerca de 20.000 barris/dia

na única refinaria em funcionamento no país, situada desde 2011 na cidade de Djarmaya.

Comércio e investimentos bilaterais

A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu maior patamar, US\$ 16,296 milhões. Desde então, houve uma redução significativa. Em 2020, a corrente de comércio totalizou US\$ 2.402.992. A pauta de comércio tem sido historicamente composta em sua quase totalidade por exportações brasileiras, dominadas por carnes e açúcar. O Banco Central do Brasil não possui registro de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

MAPA



DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CHADE	
------------------------------------	--

NOME OFICIAL:	República do Chade
GENTÍLICO:	chadiano
CAPITAL:	N'Djamena
ÁREA:	1.284.000 km ²
POPULAÇÃO:	16,4 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (52%), Protestantes (24%), Católicos romanos (20%) e outras (cultos tradicionais animistas, bahai e ateus)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mahamat Idriss Déby Itno (desde 21 de abril de 2021)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Albert Pahimi Padacké (desde 26 de abril de 2021)
CHANCELER:	Amine Abba-Sidick (desde 2 de maio de 2021)

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 11 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 25, 96 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 660,00
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 1.580,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-5,6% (2016); - 2,4% (2017); 2,3% (2018); 3% (2019) -0,9% (2020); 1,8% (2021)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros no Chade

Brasil /Chade	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	2.530,32	1.374,02	1.254,77	821,60	1.392,849	2.106,147	2.403,051
Exportações	2.528,77	1.351,94	1.188,66	784,53	1.390,196	1.998,470	2.402,992
Importações	1,55	22,09	66,11	37,06	2,653	107,677	59
Saldo	2.527,23	1.329,85	1.122,55	747,47	1.387,543	1.890,793	2.402,933

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960: O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye.

1965: Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.

1975: François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum.

1979: Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde.

1982: Hissène Habré assume o poder.

1990: Idriss Déby Itno assume a presidência do país.

1992: A organização de partidos políticos de oposição é autorizada.

1996: Aprova-se, via *referendum*, constituição. Idriss Déby Itno é eleito Presidente.

2001: Idriss Déby Itno é reeleito presidente.

2004: Aprovam-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais.

2006: Idriss Déby Itno é reeleito.

2011: Idriss Déby Itno é reeleito.

2016: Idriss Déby Itno é reeleito para um quinto mandato de cinco anos.

Dezembro de 2017: O Presidente Idriss Déby Itno realiza reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

2021: Após novamente reeleito em 2021, Idriss Déby Itno é morto. Governo provisório liderado por Mahamat Idriss Déby é instalado.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996: Estabelecimento das relações diplomáticas.

2009: Início do projeto de cooperação técnica "Cotton-4", atualmente chamado "Cotton4+Togo".

2010: Visita da Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.

2012: Visita ao Brasil do Presidente Idriss Déby Itno, por ocasião da Rio+20.

2016: I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4+Togo, em Brasília (abril).